



PERCENTUAL DE SUSPENSÃO DE CIRURGIAS PROGRAMADAS | ORGANIZAÇÃO

Em todos os meses de 2024 a taxa de suspensão ficou dentro do limite contratual de 5%.

PERCENTUAL DE EXAMES DE IMAGEM COM RESULTADO DISPONIBILIZADO EM ATÉ 10 DIAS

Em 2024, a taxa de exames de imagem liberados em até 10 dias ficou acima de 99% em todos os meses, mostrando o compromisso com a população atendida.

PERCENTUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS REALIZADAS COM TMAT (TEMPO MÁXIMO ACEITÁVEL PARA TRATAMENTO) EXPIRADO (?) PARA O PRIMEIRO E SEGUNDO ANO

A meta contratual destes indicadores de desempenho é aceitável em 50% para primeiro e 25% para segundo ano. Em 2024, apenas em novembro atingiu 8,45% no primeiro ano. A unidade não possui cirurgias expiradas seguindo o TMAT para o Segundo ano.

RAZÃO DO QUANTITATIVO DE CONSULTAS OFERTADAS

Em 2024, a unidade ofertou consultas além do estipulado como meta para unidade, mostrando comprometimento com atendimento ampliado a população.

PERCENTUAL DE CASOS DE DOENÇAS/AGRAVOS/EVENTOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIO IMEDIATA (DAEI) DIGITADAS OPORTUNAMENTE EM ATÉ 7 DIAS

Em 2024, observou-se o resultado de 100% deste indicador.

PERCENTUAL DE CASOS DE DOENÇAS/AGRAVOS/EVENTOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIO IMEDIATA (DAEI)

INVESTIGADAS OPORTUNAMENTE EM ATÉ 48 HORAS DA DATA DE NOTIFICAÇÃO

Em 2024, observou-se durante todo ano, o resultado de 100% deste indicador.

PERCENTUAL DE PERDA DE MEDICAMENTOS POR PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO

Em 2024 a média de perda por validade foi de 0,23%, enquanto que o aceitável é até 2%. Isto reforça o compromisso do IPGSE com gestão assistencial de financeira.

Com base nos resultados apresentados, reiteramos o compromisso e a dedicação do Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados (IPGSE) na gestão e operacionalização do Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás Dr. Albanir Faleiros Machado ao longo de 2024. Nossa atuação permitiu o cumprimento efetivo de todas as metas estabelecidas, demonstrando comprometimento com a parceria firmada com a SES-GO. Reforçamos nosso compromisso com a qualidade e excelência em nossos serviços prestados, com foco na humanização e na oferta de uma assistência de qualidade aos pacientes do Sudoeste Goiano. Estamos confiantes de que, juntos, podemos continuar promovendo melhorias significativas na saúde da região.

Aluisio Parmezani Pancrácio
DIRETOR PRESIDENTE
Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados (IPGSE)

Rio Verde - GO, 27
de março de 2025.

Protocolo 526675

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Hospital Estadual da Mulher - HEMU
Goiânia – GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Estadual da Mulher - HEMU ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Estadual da Mulher - HEMU em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Em atendimento ao exigido na Resolução Normativa 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea "s", item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, em nossa opinião, consideramos adequada a evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas demonstrações contábeis.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 GO 001837/F-4
Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5 – S – GO

HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER - HEMU

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| Ativo | | | | Passivo | | | |
|--|-------------|----------------|---------------|--|-------------|----------------|---------------|
| | <u>Nota</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> | | <u>Nota</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 281 | 2.765 | Fornecedores | 7 | 15.347 | 13.963 |
| Contas a receber | 4 | 68.641 | 51.459 | Obrigações sociais e trabalhistas | 8 | 7.661 | 6.711 |
| Estoques | 5 | 2.055 | 1.887 | Obrigações fiscais | 9 | 582 | 631 |
| Outras contas a receber | | 1.170 | 1.684 | Outras obrigações | 10 | 8.094 | 8.630 |
| | | <u>72.147</u> | <u>57.795</u> | Partes relacionadas | 6 | 1.891 | - |
| | | | | | | <u>33.575</u> | <u>29.935</u> |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Depósitos judiciais | | 870 | 157 | Outras obrigações | 10 | - | - |
| Partes relacionadas | 6 | 130 | 300 | Provisão para encargos trabalhistas - INSS Cebas | 11 | 32.285 | 23.257 |
| Investimentos Imobilizado | | - | - | Provisões para rescisões trabalhistas | 12 | 4.578 | 4.741 |
| | | - | - | Provisão para contingências | 13 | 2.709 | 319 |
| | | <u>1.000</u> | <u>457</u> | | | <u>39.572</u> | <u>28.317</u> |
| Total do ativo | | <u>73.147</u> | <u>58.252</u> | Total do passivo | | <u>73.147</u> | <u>58.252</u> |
| Ativo compensado | | | | Passivo compensado | | | |
| Contratos a faturar | 14 | 148.967 | 576 | Contrato a faturar | 14 | 148.967 | 576 |
| Bens adquiridos com Contrato de Gestão | 14 | 20.870 | 15.942 | Bens adquiridos com Contrato de Gestão | 14 | 20.870 | 15.942 |
| | | <u>169.837</u> | <u>16.518</u> | | | <u>169.837</u> | <u>16.518</u> |
| Total do ativo/ativo compensado | | <u>242.984</u> | <u>74.770</u> | Total do passivo/passivo compensado | | <u>242.984</u> | <u>74.770</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER - HEMU

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|---|------|---------------|---------------|
| Receita de serviços | | 181.180 | 159.922 |
| Custos dos serviços prestados | 15 | (159.641) | (148.357) |
| Resultado bruto | | 21.539 | 11.565 |
| Receitas (Despesas) operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 16 | (21.820) | (14.274) |
| Outras receitas / despesas | | 85 | 2.418 |
| Receitas financeiras | | 236 | 458 |
| Despesas financeiras | | (40) | (167) |
| (Déficit)/Superávit do exercício | | - | - |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER - HEMU

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|----------------|----------------|
| Das atividades operacionais | | |
| (Déficit)/Superávit do exercício | - | - |
| Ajustes para reconciliar o (déficit)/superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | |
| Provisão para rescisões trabalhistas | (163) | 444 |
| Provisão para encargos INSS - CEBAS | 9.028 | 8.765 |
| Provisão para contingências | 2.390 | 75 |
| | <u>11.255</u> | <u>9.284</u> |
| Aumento (diminuição) nos ativos e passivos | | |
| Contas a receber | (17.182) | (19.975) |
| Estoques | (168) | 797 |
| Outras contas a receber | 514 | (82) |
| Depósitos judiciais | (713) | (144) |
| Partes relacionadas | 2.061 | (300) |
| Fornecedores | 1.384 | 6.230 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 950 | 785 |
| Obrigações fiscais | (49) | 93 |
| Outras obrigações | (536) | 1.081 |
| Caixa gerado das (aplicado nas) atividades operacionais | <u>(2.484)</u> | <u>(2.231)</u> |
| Das atividades de investimentos | | |
| Adições ao ativo imobilizado e intangível | - | 186 |
| Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos | - | 186 |
| Diminuição de caixa e equivalentes de caixa | <u>(2.484)</u> | <u>(2.045)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 2.765 | 4.810 |
| No final do exercício | 281 | 2.765 |
| Diminuição de caixa e equivalentes de caixa | <u>(2.484)</u> | <u>(2.045)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER - HEMU

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com Sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 03 de setembro de 2012 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Perimetral, nº 1722, quadra 37, lote 74, sala 101, Setor Coimbra, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial tem como finalidade precípua a gestão do hospital público vinculado à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás (SES/GO), denominado Hospital Estadual da Mulher (HEMU), conforme Contrato de Gestão nº 131/2012-SES-GO, assinado em 29 de junho de 2012, com objetivo de consolidar a identidade e a imagem do HEMU como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS em sua região, comprometido com sua missão de assistência, sendo executado de forma a garantir a eficiência, eficácia e efetividade e garantindo o atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso nos fora permitido.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 51.168, o qual vem sendo renovado anualmente.

O décimo quinto termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por mais vinte e quatro meses, com início em 22 de dezembro de 2023, com o valor global estimado em R\$ 298.032.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit.

Em 16 de abril de 2021, o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de três anos a contar da data de publicação no diário oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023, abrangem apenas as operações do Hospital Estadual da Mulher (HEMU) sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização (IGH).

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da Secretaria do Estado de Goiás - SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares. Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 26 de março de 2025.



2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis materiais.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

O saldo do contrato de gestão será apresentado nas contas de ativo e passivos compensados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Imobilizado

São avaliados pelo custo de aquisição. Representa os bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. Ao final do contrato esses bens serão revertidos para o Poder Concedente. Dessa forma, a contrapartida dos registros é a conta de outras obrigações no passivo não circulante.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As notas fiscais são registradas mediante aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.10. Provisão para encargos trabalhistas INSS – CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não

circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários, em atendimento a Lei Complementar 187 para posterior negociação na contratualização com o contratante diante do fato de tais encargos não estarem contidos no certame.

2.11. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.12. Reconhecimento de receitas e custos – apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HEMU não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o reconhecimento da receita será baseado nos registros dos custos a ela relacionados.

2.13. Reconhecimento dos Ativos e Passivos Compensados

Contratos a faturar: Representa o valor total do contrato deduzido do valor das parcelas contratuais incorridas e não recebidas até a data do balanço.

Bens Adquiridos com Contrato de Gestão: Representa os bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão.

3. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------|-------------|--------------|
| Caixa e bancos | 5 | 5 |
| Aplicações financeiras | 276 | 2.760 |
| | <u>281</u> | <u>2.765</u> |

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

4. Contas a receber

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Contratos de Gestão a executar (i) | 68.641 | 51.425 |
| Recebimento por rateio | - | 34 |
| | <u>68.641</u> | <u>51.459</u> |

(i) Corresponde aos resultados das operações de exercícios anteriores a serem recebidos do Órgão Contratante.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim demonstrada:



| | Contratos de Gestão a executar | Recebimento por rateio | Total |
|--|---------------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Saldo inicial | 51.425 | 34 | 51.459 |
| Valor a receber do contrato (déficit) do exercício atual | 21.267 | - | 21.267 |
| Recebimento | - | (34) | (34) |
| Outros | (4.051) | - | (4.051) |
| Saldo final | 68.641 | - | 68.641 |

5. Estoques

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Material médico hospitalar | 698 | 814 |
| Medicamentos | 557 | 584 |
| Materiais diversos e outros | 732 | 445 |
| Materiais de limpeza | 48 | 36 |
| Diétas enterais e parenterais | 20 | 8 |
| | 2.055 | 1.887 |

6. Partes relacionadas

| Ativo | 2024 | 2023 |
|---|-------------|-------------|
| Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) | 130 | 300 |
| | 130 | 300 |

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais a operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HEMU, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Provisões para férias | 3.940 | 3.555 |
| Salários e ordenados | 2.167 | 1.993 |
| Obrigações sociais – Piso Enfermagem | 652 | 235 |
| INSS a recolher | 155 | 188 |
| Encargos sobre férias | 315 | 284 |
| FGTS a recolher | 341 | 441 |
| Contribuição sindical | 4 | 8 |
| Outras | 2 | 1 |
| Rescisão a pagar | 85 | 6 |
| | 7.661 | 6.711 |

9. Obrigações fiscais

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| IR a recolher s/ folha de pagamento | 253 | 327 |
| INSS a recolher – PJ | 100 | 103 |
| ISS a recolher | 71 | 128 |
| PIS/COFINS/CSLL a recolher | 127 | 30 |
| IRPF a recolher | 31 | 44 |
| | 582 | 632 |



10. Outras obrigações

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Repasses recebidos a executar (a) | - | 1.684 |
| Repasso verba para investimento (b) | 1.494 | 3.602 |
| Serviços Prestados e não Faturados | 6.417 | 3.161 |
| Valores a pagar – Fortesul | 183 | 183 |
| | <u>8.094</u> | <u>8.630</u> |

(a) Conta transitória dos recebimentos dos repasses.

A movimentação dos saldos da conta repasses recebidos a executar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim demonstrada:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--|-----------------|---------------------|
| Saldos iniciais | 1.684 | 69 |
| Recebimentos de recursos conforme contrato | 152.393 | 140.094 |
| Valor a receber do contrato (déficit) do exercício atual | 21.267 | 23.526 |
| Apropriação da receita ao resultado | (181.180) | (159.922) |
| Outros | 5.836 | (2.083) |
| Saldos finais | <u>-</u> | <u>1.684</u> |

(b) Referem-se aos repasses de recursos de investimentos disponibilizados pela Secretária de Estado de Goiás, conforme previsão contratual, com a finalidade para aquisição de ativos permanentes.

A movimentação dos saldos da conta de repasse verba para investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim demonstrada:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------|---------------------|---------------------|
| Saldos iniciais | 3.602 | 3.894 |
| Adições | 2.830 | 2.746 |
| Baixas | (4.938) | (3.038) |
| Saldos finais | <u>1.494</u> | <u>3.602</u> |

11. Provisão para encargo INSS – CEBAS

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização – IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente por meio da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso). O IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

A Lei Complementar nº 187/2021 inovou na regulamentação do direito à imunidade tributária ao fixar a norma interpretativa do art. 3º, inciso V, que esclarece que na “hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra” exige-se que as entidades beneficentes “não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal”.

A alteração legislativa veio assegurar o cumprimento da política pública de fomento às instituições assistenciais. Isso porque o repasse do benefício da imunidade aos contratantes, na prática, representa um desconto no preço (a partir do referencial de preço de mercado) gerando valor e utilidade para o ente público ou privado contratante. Conseqüentemente, o recurso deixa de ser alocado como receita da entidade detentora do CEBAS para a promoção das suas finalidades assistenciais.

Assim, a partir de 17 de dezembro de 2021, início de vigência da Lei Complementar nº 187/2021, tornou-se inquestionável que a entidade sem fins lucrativos que busque a Certificação CEBAS não pode transferir a

terceiros, seja pessoa de direito público ou privado, o seu direito à imunidade tributária, sob pena de perder o seu selo, uma vez que se trata de requisito indispensável à fruição da imunidade prevista no art.195, §7º da Constituição da República.

Assim, com vistas a manter a regularidade dos serviços prestados, em estrita observância à Lei Complementar nº 187/2021, o Instituto de Gestão e Humanização precisa manter o lançamento CEBAS nas contas patrimoniais e de resultado, sob pena de estar violando a Lei Complementar 187 e, como consequência, perder seu benefício da imunidade tributária.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------|----------------------|----------------------|
| Saldos iniciais | 23.257 | 14.492 |
| Provisão INSS – CEBAS | 9.028 | 8.765 |
| Reversão da provisão | - | - |
| Saldos finais | <u>32.285</u> | <u>23.257</u> |

12. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

13. Provisão para contingências

A Entidade não figura como ré em demandas judiciais classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível". A Entidade possui processos de natureza trabalhista e cível classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Provável" no montante de R\$ 2.709 (Em 2023, 319).

14. Ativos e Passivos Compensados

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Ativo compensado | | |
| Contrato a faturar (i) | 148.967 | - |
| Valores faturados a receber (ii) | - | 576 |
| Bens Adquiridos com Contrato de Gestão (iii) | 20.870 | 15.942 |
| Total do ativo compensado | <u>20.870</u> | <u>16.518</u> |
| Passivo compensado | | |
| Contrato a faturar (i) | 148.967 | - |
| Valores faturados a receber (ii) | - | 576 |
| Bens Adquiridos com Contrato de Gestão (iii) | 20.870 | 15.942 |
| Total do passivo compensado | <u>20.870</u> | <u>16.518</u> |

(i) Representa o valor total do contrato deduzido do valor das parcelas contratuais incorridas até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:



| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Valor original do contrato | 51.168 | 51.168 |
| Aditivos (1º ao 15º) | 1.289.75 4 | 1.140.09 7 |
| | <u>1.340.92</u> 2 | <u>1.191.26</u> 5 |
| Parcelas contratuais incorridas | (1.191.9 55) | (1.191.26 5) |
| Total | <u>148.967</u> | <u>-</u> |

(ii) Representa o saldo das parcelas contratuais incorridas e não recebidas até a data do balanço:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|----------------------------|-----------------|-------------------|
| Parcelas incorridas no ano | 149.657 | 139.131 |
| Glosas e recebimentos | (149.657) | (138.555) |
| Total | <u>-</u> | <u>576</u> |

(iii) Corresponde aos bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. O saldo tem a seguinte composição:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------------|----------------------|----------------------|
| Imobilizado cedido | | |
| Máquinas e equipamentos | 8.154 | 10.664 |
| Móveis e utensílios | 665 | 1.167 |
| Equipamentos de informática | 29 | 29 |
| | <u>8.848</u> | <u>11.860</u> |
| Imobilizado adquirido | | |
| Máquinas e equipamentos | 10.068 | 2.726 |
| Móveis e utensílios | 1.033 | 443 |
| Equipamentos de informática | 256 | 256 |
| Bens em doação | 17 | 9 |
| | <u>11.374</u> | <u>3.434</u> |
| Intangível adquirido | | |
| Softwares e Programas | 648 | 648 |
| | <u>20.880</u> | <u>15.942</u> |

15. Custo dos serviços prestados

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Medicamentos e materiais (a) | (11.269) | (10.906) |
| Pessoal (b) | (88.231) | (83.989) |
| Serviços prestados (c) | (60.141) | (53.462) |
| | <u>(159.641)</u> | <u>(148.357)</u> |



(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

| | 2024 | 2023 |
|----------------------------|-----------------|-----------------|
| Medicamentos | (3.520) | (3.025) |
| Materiais hospitalares | (4.791) | (3.892) |
| Materiais de uso e consumo | (1.778) | (1.892) |
| Gases hospitalares | (350) | (318) |
| Orteses e próteses | - | (13) |
| Dietas enterais | (160) | (140) |
| Dietas parenterais | (245) | (568) |
| Ajuste de inventário | (425) | (1.058) |
| | (11.269) | (10.906) |

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Glosa/custos ou despesas c/folha (i) | (31.818) | (34.388) |
| Salários e ordenados | (26.310) | (23.861) |
| INSS - CEBAS (ii) | (9.028) | (8.765) |
| 13º salário | (2.992) | (2.811) |
| Adicionais | (4.598) | (4.176) |
| Férias | (4.122) | (3.935) |
| FGTS | (2.700) | (2.786) |
| Contingências trabalhistas | (2.390) | (75) |
| Plano de Saúde | (1.868) | (1.622) |
| Rescisões | (1.287) | (697) |
| Prêmios e gratificações | (1.210) | (1.086) |
| Horas extras | (93) | (40) |
| Vale transporte | (385) | (351) |
| Seguro de Vida em Grupo | - | (40) |
| (-) Recuperação de despesas | 981 | 861 |
| Outros | (411) | (217) |
| | (88.231) | (83.989) |

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal do HEMU, e foram mantidos contratos firmados com PJ, cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HEMU, pois, em essência, os mesos trabalham e prestam serviços no HEMU e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão;

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS (vide Nota Explicativa nº 11).

(c) Saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Honorários médicos | (37.798) | (30.888) |
| Serviço de nutrição | (9.877) | (8.711) |
| Serviço de limpeza e higienização | (6.012) | (7.725) |
| Serviço de segurança patrimonial | (4.250) | (3.759) |
| Serviço de lavanderia | (633) | (650) |
| Serviço de laboratório e radioterapia | (368) | (325) |
| Serviço de engenharia clínica | (1.203) | (1.404) |
| | (60.141) | (53.462) |

16. Despesas administrativas

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Serviços gerais | (3.657) | (4.581) |
| Aluguéis gerais | (2.894) | (3.605) |
| Serviços de manutenção | (510) | (406) |
| Serviços de processamento de dados | (2.245) | (1.566) |
| Despesas de rateios administrativos | (4.924) | (3.977) |
| Aluguéis imóveis | (20) | (26) |
| Impostos e taxas | (85) | (6) |
| Itens de bens permanentes | (7.485) | (107) |
| | (21.820) | (14.274) |

17. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos do HEMU, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

18. Informações complementares

Demonstrações dos fluxos de caixa (direto)

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 2.765 | 4.810 |
| Recebimentos | | |
| Contrato de Gestão | 122.016 | 107.147 |
| Receita financeira | 212 | 438 |
| Reembolso | 5.578 | 5.911 |
| Outras receitas | 697 | 2.834 |
| Total de recebimentos | 128.503 | 116.330 |
| Pagamentos | | |
| Pessoal | 53.967 | 36.507 |
| Material de consumo | 22.805 | 8.959 |
| Serviços de terceiros | 45.887 | 52.219 |
| Serviço de Escritório Regional | - | - |
| Despesas bancárias | 26 | 473 |
| Outras Despesas Operacionais | 431 | 14.608 |
| Tributos/Taxas/Contribuições | 2.635 | 177 |
| Despesas com locação (imóveis/equipamentos/veículos) | 1.839 | 2.766 |
| Água/Energia/Telefonia/Internet | 100 | 217 |
| Investimentos | 3.297 | 2.449 |
| Total de pagamentos | 130.987 | 118.375 |
| Saldo final | 281 | 2.765 |
| SALDO FINANCEIRO DISPONÍVEL PARA O MÊS SEGUINTE | | |
| Fundo fixo | 5 | 5 |
| Conta movimento | - | - |
| Conta aplicação | 276 | 2.760 |
| Saldo final | 281 | 2.765 |